



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016**

O Município de Sarandi - RS, através de sua Pregoeira, **TORNA PÚBLICO** que no dia **08 de junho de 2016, às 08:30 min**, na Sala de Reunião da Prefeitura Municipal de Sarandi – RS, serão recebidos os envelopes de proposta e documentação para a licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL** do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, para a contratação de empresa e ou pessoa física para aulas de oficinas a serem realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

A presente licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 2573 de 27 de Agosto de 2007, e demais condições previstas no Edital e seus anexos, mediante as seguintes condições:

1 – DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa e ou pessoa física para aulas de oficinas a serem realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme especificações constantes no **Anexo** do presente edital.

1.2. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo descritas.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

06	Secretaria Municipal da Promoção Social
0602.08.244.0110.2032	Apoio ao programa social
3390.36.28	Serviço de seleção e treinamento – Pessoa Física
0602.08.244.0110.2032	Apoio ao programa social
3390.39.48.00.00.00.040	Serviço de seleção e treinamento - Pessoa Jurídica

2 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas e físicas que atenderem a todas as exigências estabelecidas neste Edital, e que:

2.1.1. não estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública em todas as esferas;

2.1.2. que não estejam sob processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial (declaração do órgão competente);

2.1.3. nenhum representante poderá representar mais de uma empresa licitante;

2.1.4. que não seja funcionário do Município de Sarandi/RS

2.2 – DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

2.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 72 da Lei Complementar 123/2006, e devido à necessidade de identificação pela Pregoeira e pela Equipe de apoio, deverão comprovar o enquadramento como “ME” ou “EPP”.

2.2.2. O credenciamento do licitante como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) somente será procedido pela Equipe de Apoio, se o interessado comprovar tal situação jurídica.

2.2.3. A não comprovação de enquadramento da empresa como “ME” ou “EPP”, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando a Pregoeira, dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, aplicáveis ao presente certame.

2.2.4. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

2.2.5. Nos termos dos artigos da Lei Complementar nº 123/06, após a classificação final dos preços propostos, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.2.6. O empate mencionado no item 2.2.5 será verificado na situação em que a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, ocasião na qual se procederá da seguinte forma:

2.2.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, de acordo com o disposto no subitem 2.2.5, poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

2.2.8. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 2.2.5, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no subitem 2.2.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

2.2.9. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.2.10. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, na própria sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

2.2.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de habilitação, conforme item 8 deste Edital, sob pena de inabilitação, ainda que essa apresente alguma restrição.

2.2.12. Havendo alguma restrição na documentação para comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da declaração de vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

2.2.13. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 2.2.12, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas deste Edital, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

3 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. O licitante, para credenciamento, deverá apresentar-se junto a Pregoeira, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

3.2. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) termo de credenciamento (conforme modelo no ANEXO III deste edital) outorgado pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

c) se empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado.

d) cartão de inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídica (CNPJ);

3.2.1. É obrigatória a apresentação de documento de identidade para conferência pela pregoeira.

3.3. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes no item 8 do edital, conforme ANEXO V, a qual deverá ser apresentada por fora do envelope nº 01 Proposta, juntamente com a Carta de Credenciamento.

3.5. Se tratando de pessoa física cópia do CPF

3.6. A presença do licitante ou representante legal não é obrigatória, porém, para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada por fora do envelope da proposta: Contrato Social ou Declaração de Firma Individual; Cartão do CNPJ; Procuração ou Termo de Credenciamento do ANEXO III, Declaração constante no ANEXO V e pessoa física CPF

4 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

4.1. Os interessados deverão entregar, no dia e local, fixados no preâmbulo deste Edital e no horário estipulado no Item 05, para a realização desta licitação, os seus envelopes contendo a Proposta de Preços (Envelope nº 1) e os Documentos de Habilitação (Envelope nº 2) devidamente fechados e indevassáveis, rubricados no seu fecho, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

À Prefeitura Municipal de Sarandi

Processo Licitatório N° 046/2016

Pregão Presencial N° 038/2016

Envelope nº 01 – PROPOSTA

Nome do Proponente:

Prefeitura Municipal de Sarandi

Processo Licitatório N° 046/2016

Pregão Presencial N° 038/2016

Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Nome do Proponente:

5 – DA REALIZAÇÃO DO CERTAME E DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

5.1. No dia **08 de junho de 2016 às 08:30 min**, fixados no preâmbulo do presente edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO e nº 02 – DOCUMENTOS para procedimento do certame.

5.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

5.3. A Pregoeira realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

5.4. Toda a documentação será apensada ao presente processo licitatório sendo elaborada a ata de realização dos trabalhos com a descrição do certame.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇO:

6.1. A proposta deverá ser apresentada preferencialmente, datilografada ou impressa por meio eletrônico em folhas da empresa, sequencialmente numeradas, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, podendo seguir-se o modelo de proposta do ANEXO I deste edital, e deverá conter:

a) razão social completa da empresa ou nome do participante, endereço atualizado, CNPJ/CPF, telefone/fax/e-mail (se houver), e-mail e nome da pessoa indicada para contatos;

b) prazo de que a proposta vigorará pelo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002.

6.2. Deve ser indicado preço líquido unitário, em moeda nacional, contendo ainda, a descrição completa dos serviços a serem prestados e demais dados técnicos. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

6.3. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, **duas casas decimais após a vírgula**.

6.4. A proposta será julgada pelo menor preço, apurado após a etapa dos lances e de acordo com as especificações dos serviços prestados.

7 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação do vencedor.

7.2. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

Os lances serão recebidos sucessivamente, na proporção nunca inferior a 0,5% sobre o valor do item apurado após cada lance.

7.3. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo admitida à disputa para toda a ordem de classificação.

7.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.6.1 **Será vedada ainda, a consulta a agentes externos ao certame, tal como a utilização de aparelho celular ou similares para obter valores nos lances, exceto por autorização do Pregoeiro tendo em vista a celeridade do processo, onde esses macetes tendem a retardar o procedimento.**

7.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 13 - DAS PENALIDADES deste Edital.

7.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.9. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e ofertar o menor preço unitário.

7.13. Serão desclassificadas:

a) as propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do ITEM 6;

b) as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis;

c) as propostas que não apresentem as especificações exigidas.

7.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

7.15. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

7.16. A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivos excepcionais, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao Departamento de Compras e Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste Edital.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

7.17. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.18. Quando tratar-se de pessoa física (CPF), será considerado para fins de julgamento do menor preço, o valor cotado mais o percentual de 20% (vinte por cento). Isto se deve ao fato do município ter a obrigatoriedade de recolher ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS um percentual de 20% a título de encargos patronais, quando na contratação de autônomos. Encargo este que não incide para pessoa jurídica (CNPJ).

7.19. Quando do pagamento do valor cotado pela pessoa física (CPF), está sofrerá uma retenção de 11% (onze por cento), a título de INSS, tendo em vista que o município além de sua parte patronal tem a obrigatoriedade de reter e recolher 11% sobre os serviços prestados por autônomos. E sofrerá também retenção de Imposto de Renda na Fonte – IRRF, caso o valor pago enquadrar-se no valor de retenção previsto na tabela de imposto de renda.

8 - DA HABILITAÇÃO:

8.1. Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante **deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02**, os documentos de habilitação a seguir.

8.1.1. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro Cadastral, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja dentro do prazo de validade e a documentação solicitada para a presente licitação conste nos Cadastro de Fornecedores do Município.

8.1.2. Também serão aceitos Certificados de Registro Cadastral emitido pelo Governo Federal ou pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

8.1.3. As empresas cadastradas ou não cadastradas que não possuam o Certificado Cadastral deverão fazer prova dos seguintes documentos, em vigor na data da abertura da Sessão Pública do Pregão:

8.2. Da habilitação jurídica

a) Cédula de identidade dos diretores ou proprietário;
b) Declaração de Firma Individual, no caso de empresa individual;
c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

d) Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

OBS: Os documentos das letras “b” e “c” que já foram apresentados por conta do credenciamento não serão exigidos no envelope de documentação.

8.3. Regularidade fiscal

a) Certidão de Regularidade, da Secretaria da Receita Federal, e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional ou a Certidão Conjunta



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Receita federal do Brasil;

b) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio da sede da licitante;

c) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;

d) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), por meio da apresentação de CND – Certidão Negativa de Débitos ou CPD-EM- Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa,

e.1) O contribuinte que possuir a Certidão Especifica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicadas, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista em cumprimento a Lei nº 12.440/2011, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

g) Declaração de que não está descumprindo o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da licitante, conforme ANEXO IV

h) Declaração atestando que a empresa participante da licitação não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista

8.4. Da habilitação pessoa física

a) Fotocópia da Carteira de identidade e CPF,

b) Certidão Negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio da sede da licitante;

c) Cadastro do PIS/NIT ou PASEP,

d) Comprovação de quitação com a obrigação militar, se do sexo masculino.

8.5. Qualificação técnica

a) Conforme cada item do anexo I do edital.

b) Identificação do profissional, com o nome completo e identificação da oficina que irá ministrar.

8.6. O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 10 (dez) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

Obs: Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou servidor da Prefeitura de Sarandi, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, ficando aqueles obtidos por meio da Internet dispensados de autenticação e sujeitos a sua verificação.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

9 - DA ADJUDICAÇÃO:

9.1. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.2. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

9.3. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante detentor da melhor proposta será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ele o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso.

10.2. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem às contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

10.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

10.6. Não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública;

10.7. O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11 – DA Prestação de serviços:

11.1. Prestar de maneira satisfatória, os serviços de Instrução elencados no objeto do presente Edital;

11.2. Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte o presente Contrato, sem prévio e expresso consentimento do Contratante;

11.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

11.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

11.5. Enviar ao Contratante, mensalmente quando solicitado, relatórios detalhados sobre as atividades realizadas e encaminhar, de imediato, cópias de recursos e outras peças processuais protocolizados;

11.6. Os materiais a serem utilizados para cada oficina será de responsabilidade de cada vencedor, onde deverão disponibilizar aos alunos nas datas dos cursos; exceto os violões que será fornecido pela secretaria.

11.7. O espaço físico para a realização dos cursos será no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;

11.8. O horário a se realizado as oficinas será do período de funcionamento do CRAS, ou seja, das 08 hs as 11:30 e das 13:30 as 17 hs;

11.9. Quanto ao número de alunos em cada curso, será conforme o número de inscritos e por organização da Coordenadoria do CRAS;

11.10. Os profissionais deverão ter conhecimento de sua área, já prestados os serviços;

11.11. A empresa ou pessoa física vencedora será responsável pelo recebimento dos alunos, verificação dos nomes, comparecimento das aulas, organização das salas de aula, conferência dos materiais, se está em conformidade com o quantitativo de alunos e objeto a ser desenvolvido os serviços;

11.12. Após ser realizada a homologação do presente pregão, o CRAS promoverá a abertura das inscrições das oficinas;

11.13. A Coordenadoria do CRAS após confirmação das inscrições e conferência dos números de inscrições fará cronograma das aulas, horários e quantitativos de alunos;

11.14. Ao ser encaminhado a Ordem de início dos serviços será encaminhado junto o cronograma com as informações como: horário, data das aulas, quantitativos de alunos e demais itens pertinentes ao início das oficinas de aulas,

11.15. Caso não atinja ou não ocorram interessados suficientes em alguma oficina objeto licitado não será dado à ordem de início dos serviços, o município não fica obrigado a contratar com os vencedores dos itens que não tiverem interessados,

11.16. Os pagamentos serão realizados somente para as oficinas que realizarem os serviços de acordo com os valores adjudicados e a prestação dos serviços.

11.17. Verificada a não conformidade do objeto, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

11.18. A Nota Fiscal deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto no local previamente fixado, conforme Anexo I.

12 - DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias da data da prestação dos serviços, mediante a nota fiscal e autorização da secretaria.

12.2. A Nota Fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do n.º do Pregão, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

12.3. Deverá ser informado o nº da conta para depósito.

13 – DAS PENALIDADES:

13.1. A recusa pelo fornecedor em entregar o material adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

13.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

13.3. O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

13.4. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

- a) ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) comportamento inidôneo;
- f) cometimento de fraude fiscal;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) falhar na execução do contrato.

13.5. Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

13.6. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

13.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14 - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

14.1 Decairá do direito de impugnação dos termos do edital de Pregão, perante o Departamento de Compras e Licitações, aquele que não se manifestar até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão do pregão, apontando as falhas e irregularidade que o viciaram;

14.2 A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem anterior, não a caracterizará como recurso, recebendo tratamento como mera informação.

14.3. Impugnações ao Edital e Recursos, caso interpostos, deverão ser apresentados por escrito, junto ao Protocolo Geral do Município, sito Praça Presidente Vargas, S/N e dirigidos à (ao) **Pregoeiro e no site www.cidadecompras.com.br**. **Não serão aceitos se remetida via fax, correio ou e-mail**

14.4 Dos demais atos relacionados com o pregão o recurso dependerá de manifestação do licitante ao final da sessão pública, fazendo constar em ata a sua intenção de interpor recurso com a síntese das suas razões, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

apresentar memoriais relacionados à intenção manifestada, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar ao término daquele prazo, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.5 A falta de manifestação motivada e imediata importará a preclusão do direito de recurso;

14.6 não serão aceitos como recursos as alegações e memoriais que não se relacionem às razões indicadas pelo licitante na sessão pública;

14.7 o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Sarandi, no Departamento de Compras e Licitações, sito na Praça Presidente Vargas S/N, ou pelos telefones 54.3361-5637/5602, no horário de expediente, preferencialmente, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

15.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Departamento de Compras e Licitações.

15.3. Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.

15.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e e-mail.

15.5. Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou funcionário municipal competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

15.6. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Sarandi, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8666/93, sobre o valor inicial contratado.

15.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

15.8. Os preços cotados deverão ser por horas trabalhadas, e a prestação de serviços por cronograma autorizado pela Secretaria da Promoção Social.

15.9. A Administração poderá revogar a licitação por interesse pública, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8666/93).

15.10. São anexos deste Edital:

Anexo I – Especificações técnicas

Anexo II – Modelo de proposta

Anexo III - Modelo de credenciamento

Anexo IV- Modelo de Declaração de menores, Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

Anexo V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, de que não está temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a administração e de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública.

15.11. O CONTRATANTE não será obrigado a comprar todo o material previsto no Edital em seus Anexos até o término do Contrato, visto que os quantitativos estipulados tratam-se de mera estimativa do que será comprado no decorrer da contratação.

15.12. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Sarandi RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Sarandi RS, 20 de maio de 2016.

**Paulo Rodolfo Viccari Kasper
Prefeito Municipal**

Este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em ____ - ____ - ____.

Assessor (a) Jurídico (a)

**Responsável pela elaboração
do edital**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ANEXO I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016

Especificações técnicas/Termo de Referência

ITEM	Qt. Total	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Preço Unitário/Horas R\$
01	120 Hs	Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficinas de CAPOEIRA . Conteúdo Programático: Conhecimentos básicos sobre a história da capoeira, desenvolvimento motor com caminhadas, treino do equilíbrio, noção de lateralidade, disciplina e responsabilidade, confeccionar e aprender a tocar instrumentos musicais (agogô, reco-reco, berimbau), promover confraternização, apresentação artística da capoeira. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: -Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de capoeira. Serão 03 (três) cursos de 40 horas.	RS69,33
	120 Hs	Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficinas de MÚSICA . Conteúdo Programático: Desenvolver a prática e a teoria musical através das aulas de linguagem e percepção musical, aulas de prática instrumental; despertar o interesse pelos diversos gêneros musicais. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: -Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de música. Serão 03 (três) cursos de 40 horas.	RS69,50
	120	Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar	RS69,50



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

Hs	<p>oficinas de aulas de VIOLÃO.</p> <p>Conteúdo Programático: Viabilizar as aspirações artísticas e intelectuais de maneira lúdica, sem perder o contato com as demandas profissionais e aspectos técnicos que o instrumento proporciona. O aluno deverá ser incentivado a descobrir pela experimentação as possibilidades sonoras e as demandas técnicas do violão. Os alunos devem aprender e explorar aspectos técnicos diversos, pertinentes às características do instrumento, para tirar dele o melhor proveito através da diversidade de estilos.</p> <p>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</p> <p>-Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de violão.</p> <p>Serão 03 (três) cursos de 40 horas.</p>	
120 Hs	<p>Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficina de CULINÁRIA.</p> <p>Conteúdo Programático: Higiene do ambiente, dos materiais e pessoal; conservação e cuidados com os materiais e eletrodomésticos; massas; Salgados e sobremesas, material usado durante o curso por conta do profissional, reaproveitamento de alimentos.</p> <p>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</p> <p>-Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de culinária.</p> <p>Serão 03 (três) cursos de 40 horas.</p>	R\$69,66
200 Hs	<p>Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficinas de PADEIRO</p> <p>Conteúdo Programático: Realização de controle desde a separação dos ingredientes até o assamento dos produtos (parte geral de panificação e pães especiais para restaurantes, com no mínimo 15 itens de ensinamento), técnicas e receitas de panificação, material a ser utilizado é de responsabilidade da vencedora, recomendações de higiene e conservação ideal dos alimentos.</p> <p>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</p>	R\$69,66



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

		<p>-Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de padeiro.</p> <p>Serão 05 (cinco) cursos de 40 horas.</p>	
120 Hs		<p>Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficinas de TAE-KWON-DO</p> <p>Conteúdo Programático: O objetivo principal do Taekwon-do é formar seres humanos respeitados em todos os sentidos, desenvolver a inteligência, fortalecer o espírito, garantir boa saúde física e mental, e assim tornar-se um cidadão consciente de seus deveres e obrigações.</p> <p><u>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</u></p> <p>-Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de TAE-KWON-DO.</p> <p>Serão 03 (três) cursos de 40 horas.</p>	RS\$69,33
120 Hs		<p>Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficinas de MAQUIAGEM</p> <p>Conteúdo Programático: Atua no seguimento de beleza, realizando maquiagens para diferentes ocasiões, utilizando técnicas e produtos cosméticos de maquiagem, considerando as tendências da moda e respeitando os limites éticos. Material usado durante o curso por conta do profissional.</p> <p><u>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</u></p> <p>-Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de maquiagem.</p> <p>Serão 03 (três) cursos de 40 horas.</p>	RS\$69,13



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ANEXO II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016

MODELO DA PROPOSTA/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PROPOSTA FINANCEIRA

EMPRESA:

CNPJ/CPF:

Endereço:

Contato:

Fone:

Item	Qt. Total	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Preço Unitário/Hs R\$	Preço Total R\$
01	120 Hs	Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficinas de CAPOEIRA . Conteúdo Programático: Conhecimentos básicos sobre a história da capoeira, desenvolvimento motor com caminhadas, treino do equilíbrio, noção de lateralidade, disciplina e responsabilidade, confeccionar e aprender a tocar instrumentos musicais (agogô, reco-reco, berimbau), promover confraternização, apresentação artística da capoeira. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: -Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de capoeira. Serão 03 (três) oficinas de 40 horas.		
	120 Hs	Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficinas de MÚSICA . Conteúdo Programático: Desenvolver a prática e a teoria musical através das aulas de linguagem e percepção musical, aulas de prática instrumental; despertar o interesse pelos diversos gêneros		



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

		musicais. <u>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</u> -Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de música. Serão 03 (três) oficinas de 40 horas.		
120 Hs		Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficinas de aulas de VIOLÃO . <u>Conteúdo Programático:</u> Viabilizar as aspirações artísticas e intelectuais de maneira lúdica, sem perder o contato com as demandas profissionais e aspectos técnicos que o instrumento proporciona. O aluno deverá ser incentivado a descobrir pela experimentação as possibilidades sonoras e as demandas técnicas do violão. Os alunos devem aprender e explorar aspectos técnicos diversos, pertinentes às características do instrumento, para tirar dele o melhor proveito através da diversidade de estilos. <u>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</u> -Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de violão. Serão 03 (três) oficinas de 40 horas.		
120 Hs		Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficina de CULINÁRIA . <u>Conteúdo Programático:</u> Higiene do ambiente, dos materiais e pessoal; conservação e cuidados com os materiais e eletrodomésticos; massas; Salgados e sobremesas, material usado durante o curso por conta do profissional, reaproveitamento de alimentos. <u>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</u> -Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de culinária. Serão 03 (três) oficinas de 40 horas.		



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

	200 Hs	<p>Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficinas de PADEIRO</p> <p>Conteúdo Programático: Realização de controle desde a separação dos ingredientes até o assamento dos produtos (parte geral de panificação e pães especiais para restaurantes, com no mínimo 15 itens de ensinamento), técnicas e receitas de panificação, material a ser utilizado é de responsabilidade da vencedora, recomendações de higiene e conservação ideal dos alimentos.</p> <p>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</p> <p>-Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de padeiro.</p> <p>Serão 05 (cinco) oficinas de 40 horas.</p>		
	120 Hs	<p>Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficinas de TAE-KWON-DO</p> <p>Conteúdo Programático: O objetivo principal do Tae-kwon-do é formar seres humanos respeitados em todos os sentidos, desenvolver a inteligência, fortalecer o espírito, garantir boa saúde física e mental, e assim tornar-se um cidadão consciente de seus deveres e obrigações.</p> <p>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</p> <p>-Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de TAE-KWON-DO.</p> <p>Serão 03 (três) oficinas de 40 horas.</p>		
	120 Hs	<p>Contratação de empresa e ou pessoa física para ministrar oficinas de MAQUIAGEM</p> <p>Conteúdo Programático: Atua no seguimento de beleza, realizando maquiagens para diferentes ocasiões, utilizando técnicas e produtos cosméticos de maquiagem, considerando as tendências da moda e respeitando os limites éticos. Material usado durante o curso por conta do profissional.</p> <p>QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:</p>		



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

		<p>-Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão para ministrar oficina de maquiagem. Serão 03 (três) oficinas de 40 horas.</p>		
--	--	--	--	--

Nossa proposta vigorará pelo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002.

Prazo de entrega:

Garantia:

Local e Data:

Carimbo e assinatura do Representante Legal



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

ANEXO III

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016**

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Sarandi, na modalidade de **Pregão Presencial, sob o nº 038/2016**, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa
(firma reconhecida)

Obs.: 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

ANEXO IV

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, XXXIII DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

Declaro/amos, sob as penas da Lei, que
..... (nome da
licitante), CNPJ nº, não desenvolve trabalho noturno,
perigoso ou insalubre com pessoas menores de dezoito anos, nem desenvolve qualquer
trabalho com menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze
anos, em cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

....., de de 2016.

Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI**

ANEXO IV

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2016**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DE QUE NÃO ESTÁ TEMPORARIAMENTE SUSPensa DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIDA DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E DE QUE NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Declaro/amos, sob as penas da Lei, que (nome da licitante), CNPJ nº, cumpre plenamente os requisitos de habilitação da licitação Município de Sarandi / RS, Secretaria Municipal de Administração e Planejamento- Setor de Compras e Licitações, **Pregão Presencial nº 038/2016**. Declaro/amos também não estar temporariamente suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração, bem como não ter sido declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

....., de de 2016.

Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue no envelope nº 01